



Centro de Bem Estar Social
de Reguengo

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2018

Índice

Balanço.....	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	5
Demonstração dos Resultados por Funções.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
Anexo	8
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	8
3. Principais Políticas Contabilísticas	9
3.1. Bases de Apresentação.....	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	19
5. Activos Fixos Tangíveis.....	19
6. Activos Intangíveis	21
7. Locações.....	22
8. Custos de Empréstimos Obtidos.....	23
9. Inventários	23
10. Rédito.....	24
11. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	24
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	25
13. Benefícios dos empregados.....	25
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	26
15. Outras Informações	26
15.1. Investimentos Financeiros	26
15.2. Clientes e Utentes.....	27
15.3. Outras contas a receber.....	27
15.4. Diferimentos	28
15.5. Caixa e Depósitos Bancários	28
15.6. Fundos Patrimoniais	28
15.7. Fornecedores.....	29
15.8. Estado e Outros Entes Públicos	29
15.9. Outras Contas a Pagar	29
15.10. Subsídios, doações e legados à exploração	30
15.11. Fornecimentos e serviços externos	30

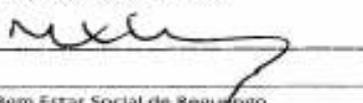
15.12. Outros rendimentos e ganhos	31
15.13. Outros gastos e perdas	31
15.14. Resultados Financeiros	31
15.15. Acontecimentos após data de Balanço	32

Balço

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	499.845,39	510.716,98
Bens do património histórico e cultural			
Investimentos em Curso	5	4.305,00	4.305,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	15.1	274,37	78,28
Fundadores/bene méritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		504.424,76	515.100,26
Activo corrente			
Inventários			
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos			
Fundadores/bene méritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	15.3	5.351,65	837,00
Diferimentos	15.4	650,53	640,02
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	15.5	23.655,16	26.382,15
Subtotal		29.657,34	27.859,17
Total do activo		534.082,10	542.959,43
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15.6	5.000,00	5.000,00
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	15.6	73.895,22	82.807,59
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	15.6	431.630,19	434.258,48
Resultado Líquido do período		227,04	-8.912,37
Total do fundo do capital		510.752,45	513.153,70
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	8	4.400,01	7.065,18
Outras contas a pagar			
Subtotal		4.400,01	7.065,18
Passivo corrente			
Fornecedores	15.7	1.816,30	2.275,25
Adiantamentos de clientes	15.2	93,00	
Estado e outros Entes Públicos	15.8	3.504,91	1.664,68
Fundadores/bene méritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	15.4	24,00	70,00
Outras contas a pagar	15.9	13.491,43	18.730,62
Outros passivos financeiros			
Subtotal		18.929,64	22.740,55
Total do passivo		23.329,65	29.805,73
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		534.082,10	542.959,43

Reguengo, 28 de Março 2019

O Contabilista Certificado


Centro de Bem Estar Social de Reguengo
NIF: 502315652

O PRESIDENTE

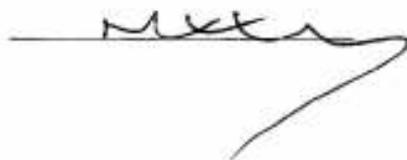


Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	10	110.297,83	92.179,45
Subsídios, doações e legados à exploração	12/15.10	75.662,21	70.378,65
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-4.189,68	-4.142,62
Fornecimentos e serviços externos	15.11	-77.548,28	-69.363,28
Gastos com o pessoal	13	-107.597,93	-85.848,08
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	15.12	18.417,83	8.210,87
Outros gastos e perdas	15.13	-3.186,01	-12.457,47
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		11.855,97	-1.042,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-11.152,88	-7.588,40
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		703,09	-8.630,88
Juros e rendimentos similares obtidos	15.14	0,00	33,54
Juros e gastos similares suportados	15.14	-476,05	-315,03
Resultados antes de impostos		227,04	-8.912,37
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		227,04	-8.912,37

Reguengo, 28 de Março 2019

O Contabilista Certificado



O PRESIDENTE



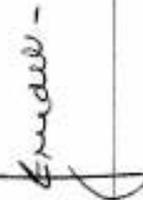
Demonstração dos Resultados por Funções

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Ap. Domést.	C Dta	Total
Vendas e serviços prestados		50.915,91	59.381,92	110.297,83
Subsídios, doações e legados à exploração		61.536,85	14.125,36	75.662,21
- ISS, IP -Centros Distritais		57.520,68	9.504,60	67.025,28
- Outros		4.016,17	4.620,76	8.636,93
Variação nos Inventários de Produção				0,00
Trabalhos Para a Própria Entidade		-1.948,20	-2.241,48	-4.189,68
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas		-36.059,95	-41.488,33	-77.548,28
Fornecimentos e Serviços Externos		-50.033,04	-57.564,89	-107.597,93
Gastos Com Pessoal				0,00
Ajustamentos de Inventários (Perdas/Reversões)				0,00
Imparidades de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)				0,00
Provisões (Aumentos/Reduções)				0,00
Provisões Específicas (Aumentos/Reduções)				0,00
Outras Imparidades (Perdas/Reversões)				0,00
Aumentos/reduções de Justo Valor		8.564,29	9.853,54	18.417,83
Outros Rendimentos e Ganhos		-1.481,49	-1.704,52	-3.186,01
Outros Gastos e Perdas		31.494,37	-19.638,40	11.855,97
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-5.186,09	-5.966,79	-11.152,88
Gastos/Reversões de Depreciações e de Amortização		26.308,28	-25.605,19	703,09
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2.21,36	-2.54,59	-476,05
Juros e rendimentos Similares obtidos		26.086,92	-25.859,88	227,04
Juros e Gastos Similares Suportados				
Resultado antes de impostos				
Imposto sobre o rendimento do período		26.086,92	-25.859,88	227,04
Resultado líquido do período				

O Contabilista Certificado



O Presidente



Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Social de Bem Estar de Reguengo é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS".

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2012 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os "*Activos Fixos Tangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	0
Equipamento administrativo	6
Outros activos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As "*Propriedades de Investimento*" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "*Aumentos/reduções de justo valor*", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de

produção na rubrica “*Propriedades de investimento em desenvolvimento*” até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “*Varição de valor das propriedades de investimento*”, que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento

3.2.4. Activos Intangíveis

Os “*Activos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade Industrial	
...	
Outros activos intangíveis	

O valor residual de um “*Activo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos

directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	361.627,68	-	-	-	-	361.627,68
Edifícios e outras construções	131.414,48	-	-	-	-	131.414,48
Equipamento básico	5.410,21	1.470,26	-	-	-	6.880,47
Equipamento de transporte	20.737,09	40.973,66	(18.737,09)	-	-	42.973,66
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	5.335,76	-	-	-	-	5.335,76
Outros activos fixos tangíveis	134,43	-	-	-	-	134,43
Total	524.659,65	42.443,92	(18.737,09)	-	-	548.366,48
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	18.398,03	2.628,29	-	-	-	21.026,32
Equipamento básico	5.330,38	179,85	-	-	-	5.510,23
Equipamento de transporte	17.594,84	4.780,26	(16.794,84)	-	-	5.580,26
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	5.398,26	-	-	-	-	5.398,26
Outros activos fixos tangíveis	134,43	-	-	-	-	134,43
Total	46.855,94	7.588,40	(16.794,84)	-	-	37.649,50

	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2017
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Terenos e recursos naturais	361.627,68	-	-	-	-	361.627,68
Edifícios e outras construções	131.414,48	-	-	-	-	131.414,48
Equipamento básico	6.880,47	-	-	-	-	6.880,47
Equipamento de transporte	42973,66	-	-	-	-	42973,66
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	5.335,76	281,29	-	-	-	5.617,05
Outros activos fixos tangíveis	134,43	-	-	-	-	134,43
Total	548.366,48	281,29	-	-	-	548.647,77
Depreciações acumuladas						
Terenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	21.026,32	2.628,29	-	-	-	23.654,61
Equipamento básico	5.510,23	306,42	-	-	-	5.816,65
Equipamento de transporte	5.580,26	8.194,73	-	-	-	13.774,99
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	5.398,26	23,44	-	-	-	5.421,70
Outros activos fixos tangíveis	134,43	-	-	-	-	134,43
Total	37.649,50	-	-	-	-	48.802,38

	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2018
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2017 e 2018, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2017
Ativos Fixos Tang. Em Curso	4.305,00	-	-	-	-	4.305,00
...	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	4.305,00	-	-	-	-	4.305,00

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2018
Ativos Fixos Tang. Em Curso	4.305,00	-	-	-	-	4.305,00
...	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	4.305,00	-	-	-	-	4.305,00

6. Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2017
Perdas por Imparidade Acumuladas				
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2018
Perdas por Imparidade Acumuladas				
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

7. Locações

A Entidade detinha os seguintes activos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2018			2017		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-	4.400,01	4.400,01	-	7.065,18	7.065,18
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de Factoring	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	-	4.400,01	4.400,01	-	7.065,18	7.065,18

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	4.142,62	-	-	4.189,68	-	-
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	4.142,62	-	-	4.189,68	-	-

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4.142,62	4.189,68
Variações nos inventários da produção	-	-

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 0,00€;
- Matérias Subsidiárias: 0,00€;
- Matérias de Consumo: 0,00€.

10. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	110.297,83	92.179,45
Mensalidades dos utentes	108.108,83	90.559,95
Quotas e Jóias	2.089,00	1.547,00
Acompanhamento de utentes	100,00	2,50
Consultas	-	70,00
...	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	110.297,83	92.179,45

11. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2017 e 2018, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2017	Aumentos	Diminuições	2018
Impostos	-	-	-	-
Garantias a clientes	-	-	-	-
Processos judiciais em curso	-	-	-	-
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-	-	-	-
Matérias ambientais	-	-	-	-
Contratos onerosos	-	-	-	-
Reestruturação	-	-	-	-
Outras provisões	-	-	-	-
Total	-	-	-	-
Provisões específicas do sector	-	-	-	-

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo	74.647,70	69.661,65
ISS, IP Centros distritais	67.025,28	64.215,98
IEFP	6.602,67	4.443,40
IGFSS	-	-
União Freguesias Reguengo e S. Julião	1.019,75	1.002,27
Apoios do Governo	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	74.647,70	69.661,65

13. Benefícios dos empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Gastos Com pessoal	107.597,93	85.848,08
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	88.366,97	70.572,42
Encargos sobre as Remunerações	17.672,84	13.616,28
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	843,39	417,10
Medicina no Trabalho	140,53	162,05
Fardamento do Pessoal	24,00	706,59
Jantar de Natal do Pessoal	250,40	165,00
Formação	299,80	208,64
Outros gastos c/ o pessoal	-	-

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2018, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Depósitos a Prazo	-	-
Depósito Bancário a Prazo	-	-
...	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Outros Investimentos Financeiros	274,37	78,28
FCT - Fundos Compensação do trabalho	274,37	78,28
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	274,37	78,28

15.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2018 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes Adiantamentos	93,00	-
Clientes	-	-
Utentes	93,00	-
Total	(93,00)	-

Nos períodos de 2017 e 2018 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2018	2017
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	-	-

15.3. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Quotas a Receber	426,00	837,00
Restituição IVA a receber relativo a 2018	4.925,65	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
...	-	-
Outros Devedores	-	-
Perdas por Imparidade	-	-
Total	5.351,65	837,00

15.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Seguros a Reconhecer	650,53	632,72
Contrato Sage	-	7,30
...	-	-
Total	650,53	640,02
Rendimentos a reconhecer		
Quotas 2019	24,00	70,00
...	-	-
...	-	-
Total	24,00	70,00

15.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	471,89	1.519,01
Depósitos à ordem	23.183,27	24.863,14
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	23.655,16	26.382,15

15.6. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	5.000,00	-	-	5.000,00
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	82.807,59	-	(8.912,37)	73.895,22
Excedentes de reavaliação	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	434.258,48	-	(2.628,29)	431.630,19
Total	522.066,07	-	(11.540,66)	510.525,41

15.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	1.816,30	2.275,25
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	1.816,30	2.275,25

15.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	148,03	152,57
Segurança Social	3.356,88	1.512,11
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	3.504,91	1.664,68

15.9. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	4.502,24
Remunerações a pagar	-	-	-	4.502,24
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Previsão de Férias e Encargos	-	13.289,11	-	14.228,38
Água/Electricidade a Liquidar	-	202,32	-	-
Outros credores	-	-	-	-
	-	-	-	-
Total	-	13.491,43	-	18.730,62

15.10. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2018, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios de outras entidades	-	-
Donativo Monetários	557,76	717,00
Donativos P. Alimentares	456,75	-
Legados	-	-
Outros	-	-
Total	1.014,51	717,00

15.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	51.745,12	47.527,27
Serviços especializados	3.955,50	3.167,61
Materiais	1.504,25	2.199,75
Energia e fluidos	14.124,42	11.436,99
Deslocações, estadas e transportes	-	155,00
Serviços diversos (*)	6.218,99	4.876,66
Rendas e Alugueres	-	-
Comunicação	953,01	1.001,50
Seguros	1.313,90	1.137,16
Contencioso e Notariado	-	368,97
Despesas de Representação	-	-
Limpeza, Higiene e Conforto	2.028,59	1.704,25
Outros serviços(†)	1.923,49	664,78
- Contrato Sage	118,12	93,26
- Material 1º Socorros	19,44	16,29
- Comissões Bancárias	63,60	27,41
- Despesas de Contrato	-	270,00
- Flores	61,98	101,64
- Juros de Mora	-	35,09
- Coimas	-	9,17
- Parecer - Medidas Auto proteção	109,05	-
- Acordionista	50,00	-
- Almoço de Natal	1.382,00	-
- Segurança e Higiene no Trabalho	119,30	111,92
Total	77.548,28	69.363,28

15.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	75,62	-
Ganhos em Inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Mais-Valia alienação viatura 39-GA-62	-	57,75
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Correções Per. Anter. (Quotas e Acerto SS)	1.599,30	-
Imputação subsídios ao investimento	2.628,29	2.628,29
Valorização Fundos Compensação	0,11	-
Reembolso IMI	1.442,68	-
Restituição 50% IVA	9.694,88	2.680,28
Eventos	2.976,95	2.844,55
Total	18.417,83	8.210,87

15.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Imposto de selo	16,20	8,40
IMI	1.442,68	-
AIMI	1.542,13	-
Quotizações	185,00	85,00
Insuficiência de estimativa	-	-
Correções de períodos anteriores	-	5.750,87
Excesso de previsão quotizações	-	6.613,20
---	-	-
Total	3.186,01	12.457,47

15.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	476,05	315,03
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	476,05	315,03
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	33,54
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	-	33,54
Resultados financeiros	(476,05)	(281,49)

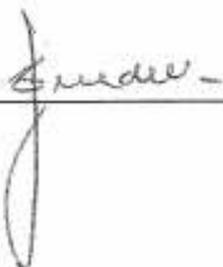
15.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho Geral em 28 de Março de 2019.

Reguengo, 28 de Março de 2019



A handwritten signature in black ink is written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be 'J. Medeiros'.